

Governo orienta missão para que volte ao Brasil com ou sem acordo assinado

por Cláudia Safatle
de Brasília

A negociação da dívida externa brasileira complicou-se ontem, mas o governo ainda apostava num acordo, os bancos internacionais credores do Brasil recuaram na questão fundamental de fazerem um depósito de US\$ 3 bilhões no Banco de Compensações Internacionais (BIS), na Suíça, e a orientação do governo dada aos integrantes da missão negociadora — o assessor especial Fernão Bracher e o diretor da Dívida Externa do Banco Central (BC), Antônio de Pádua Seixas — é que retornem ao Brasil com ou sem acordo.

Bracher e Seixas estão em Nova York desde o dia 14 de outubro, conduzindo as negociações em torno de um acordo que viabilize a saída do Brasil da moratória decretada em fevereiro passado, junto ao comitê de assessoramento dos bancos credores.

A justificativa de assessores oficiais que falaram ontem com Bracher é que os bancos teriam “empacado” na renegociação, porque o depósito de US\$ 3 bilhões na Suíça, com a contrapartida de outro depósito, do Brasil, de US\$ 1,5 bilhão, para financiar o pagamento dos juros vencidos desde a moratória de fevereiro, representaria, na verdade, “um empréstimo-ponte”, que eles (os bancos) não desejam fazer ao País.

Teria havido, também, ponderações sobre a validade jurídica de esse tipo de empréstimo “limpar” o balanço dos bancos dos créditos não recebidos do Brasil ao longo deste ano, relativos aos juros da dívida externa.

A demora na finalização do acordo irritou o ministro da Fazenda, Luiz Carlos Bresser Pereira, que ontem, abordado pelos jornalistas no “hall” privativo do ministério, declarou: “Essa negociação é um inferno. Demora porque é um inferno. Dinheiro é um negócio desagradável. Eles ficam brigando por causa de dinheiro e a negociação continua difícil”.

Sobre a visita sigilosa do secretário de Fazenda do governo do presidente argentino, Raúl Alfonsín, Mario Brodersohn, na noite da última quarta-feira, anteontem, a Brasília, o ministro da Fazenda não quis comentar.

A visita de Brodersohn a Brasília, onde ele esteve com o presidente da República e, depois, com o ministro Bresser Pereira e Fernando Milliet, presidente do BC na residência oficial do ministro da Fazenda, no Lago Sul, gerou a notícia de que o governo argentino decretaria a moratória da dívida externa e que o Brasil apoiaria essa decisão do governo de Alfonsín.

Ontem à noite, após uma onda de desmentidos extra-oficiais, o porta-voz da Casa Rosada, em Buenos Aires, Ignacio Lopez, negou aos jornalistas que Alfonsín estivesse prestes a decretar a moratória junto aos bancos credores internacionais. Segundo Lopez, o presidente Alfonsín ratificava o pronunciamento feito no último dia 14, de que não cometeria gestos extremados no “front” externo.

Informações colhidas junto a meios diplomáticos em Brasília dão conta de que o secretário de Fazenda argentino foi recebido pelo presidente José Sarney e a comunicação oficial do porta-voz da Casa Rosada foi que Brodersohn veio a Brasília para tratar com o presidente da agenda de Acapulco, para articular uma posição comum dos dois governos, além do México. O Palácio do Planalto não confirma o encontro com o presidente da Repú-

blica. No Ministério da Fazenda (MF), a informação oficial foi de que o ministro da Economia argentino, Juan Sourrouille, teria telefonado na quarta-feira pela manhã para Bresser solicitando que o ministro brasileiro recebesse um emissário do governo argentino. Brodersohn embarcou num jato da Força Aérea Argentina, fez um voo direto Buenos Aires — Brasília e desembarcou na Base Aérea do Aeroporto da capital. O aparelho ficou estacionado na Área Militar do aeroporto por poucas horas e levou o secretário de Fazenda argentino direto a Buenos Aires. A versão extra-oficial que circulou ontem no Ministério da Economia e na Casa Rosada, para a imprensa argentina, foi bastante curiosa: o ministro da Fazenda brasileiro teria utilizado da visita sigilosa do emissário de Raúl Alfonsín para amedrontar os banqueiros internacionais com a ameaça de uma moratória da Argentina.

“Há moratória e moratória”, comentou um qualificado assessor do MF, interpretando a viagem de Brodersohn ao Brasil como uma missão de sondagem do governo argentino, para saber dos detalhes da moratória brasileira. Alfonsín estaria preparando um gesto extremado que lhe trouxesse dividendos políticos, na versão de assessores brasileiros.

Esse mesmo assessor ponderou que, se efetivada, a moratória argentina poderia atrapalhar o Brasil, pois viria acompanhada de um rompimento com o Fundo Monetário Internacional (FMI), justamente no momento em que o ministro da Fazenda brasileiro busca convencer os políticos do PMDB da necessidade de um acordo com o FMI, embora desvinculado de um acerto com os bancos privados.

A expectativa de funcionários do governo brasileiro, no meio de um dia cercado de notícias e boatos, é de que Bracher consiga obter um acordo com os bancos credores até hoje pela manhã, podendo, assim, retornar ao Brasil com a tarefa concluída. Apostavam nessa hipótese até por volta das 23 horas, em Brasília, hora em que em Nova York Bracher ainda estava no prédio do Citibank, negociando com o comitê de assessoramento dos bancos credores.